

AINST/16/00060 — Nova decisão do CA

Nova Decisão do Conselho de Administração

1. Apreciada a Decisão do Conselho de Revisão relativa à Avaliação Institucional do/a Escola Superior De Tecnologias E Artes De Lisboa
2. O Conselho de Administração da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior, na sua reunião de 2018/11/27
3. decide: Não acreditar
4. por um período de (em anos): <sem resposta>
5. Condições (Português):
<sem resposta>
6. Fundamentação (Português):
Tendo em consideração a decisão do Conselho de Revisão e todos os documentos apresentados pela CAE e pela IES, o Conselho de Administração decide manter a sua decisão desfavorável à acreditação da Instituição, em concordância com a fundamentação e a recomendação da Comissão de Avaliação Externa.

Razões para a não acreditação:

- Inexistência de um quadro permanente de professores de dimensão minimamente adequada. Cerca de 85% (22/26) têm contrato de “prestação de serviços”, com duração de 1 semestre, o que põe totalmente em causa a estabilidade necessária à qualidade e autonomia científica e pedagógica e viola os artigos 40.º alínea d) e 50.º do RJIES, aprovado pela Lei 62/2007, de 10 de Setembro.
- Autonomia científica e pedagógica, bem como definição de políticas estratégicas de médio e longo prazo comprometidas por, designadamente: demasiada concentração de cargos de gestão nas mesmas pessoas em incumprimento do previsto nos artigos 30.º, 30.º nº 2 e 40.º alínea e) do RJIES, aprovado pela Lei 62/2007, de 10 de Setembro); fraca participação de docentes e estudantes na discussão/tomada de decisões no governo da instituição; incumprimento legal e estatutário na constituição do Conselho Pedagógico, nomeadamente do previsto no artigo 104.º n.º 1 do RJIES, aprovado pela Lei 62/2007, de 10 de Setembro.
- Inexistência, com a consequente falta de sistematização/acompanhamento/medição de ações consistentes de garantia da qualidade; o Sistema Interno de Garantia da Qualidade não está implementado, tendo o Manual da Qualidade sido aprovado em Setembro de 2017.
- Falta de definição e concretização de políticas de investigação, de internacionalização, de mobilidade de estudantes e docentes, de cooperação com instituições congéneres nacionais e estrangeiras, de constituição de um corpo docente próprio e estável, e de recrutamento de novos estudantes.
- Relatório de auto-avaliação com inconsistências nos dados disponibilizados, e revelador de uma apreciação marcadamente optimista e desajustada, por falta de suporte, sobre a qualidade e singularidade das formações oferecidas pela Escola.
- Análise muito simplista e incompleta das forças /fraquezas /oportunidades /ameaças da instituição.
- Proliferação de actividades anunciadas para presente e futuro, ainda que com indícios bastante embrionários de um desenvolvimento consistente das mesmas.
- Questionável adequação das instalações para a finalidade requerida (deficiente dimensão/limpeza/condições para práticas lectivas seguras em alguns espaços; exiguidade de recursos didáticos/bibliográficos; inexistência de condições para prover alimentação/aquecer alimentos) em incumprimento do previsto no artigo 40.º alínea b) RJIES, aprovado pela Lei 62/2007, de 10 de Setembro.
- Oferta formativa muito reduzida (2) e limitada a 1ºs ciclo de estudos.

